



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

VOTO DE PROTESTO

Anunciou a TAP recentemente, por coincidência durante mais uma edição do maior certame nacional na área do turismo, a decisão de não apresentação de proposta às obrigações de serviço público para o transporte aéreo na rota Lisboa-Horta-Lisboa.

Esta é a decisão da transportadora aérea nacional, empresa de capitais exclusivamente públicos, controlada pelo Governo da República, estamos certos, numa consequência direta dos trabalhos preparatórios do seu processo de privatização.

Desta forma, a TAP, que assegurou as ligações aéreas entre Lisboa e o Faial ao longo de 31 anos, marcando a história desta ilha e das ilhas do Triângulo, mas também da própria empresa, agora opta por não defender os interesses de todos os portugueses, com particular ênfase para os açorianos da ilha do Faial.

A decisão estamos certos que não se encerra na TAP, estando pelo contrário suportada em orientações do seu acionista único, desencadeia um processo sem precedentes no serviço até à data prestado, numa rota tida como rentável, com implicações económicas e sociais muito significativas para a ilha do Faial.

Mais, este é o mesmo Governo da República que, após a privatização da ANA, onde não assegurou a realização das intervenções necessárias à ampliação da pista do Aeroporto da Horta, com consequências na sua operacionalidade e segurança, pela voz do Senhor Primeiro-Ministro na última visita à ilha do Faial, informou que a pista do aeroporto da Horta não será, por sua iniciativa, objeto de qualquer investimento tendente à ampliação ou melhoramento.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

Ambos os processos vêm confirmar o que a maioria dos Açorianos, e em particular os Faialenses, já sabiam: a aposta no investimento público e a promoção da coesão territorial não fazem parte das prioridades deste Governo da República.

Este é um processo desencadeado pela TAP, tendo como responsável, em exclusivo, o seu acionista único, desprovido de qualquer sentido estratégico - o Governo da República, que só não assume contornos de maior gravidade pela pronta intervenção do Governo Regional dos Açores, através da SATA que, mais uma vez, demonstra a intensão de ir ao encontro dos interesses dos Faialenses.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Protesto contra a decisão da TAP e do Governo da República, enquanto seu acionista único, de não proceder à apresentação de proposta às obrigações de serviço público para o transporte aéreo na rota Lisboa-Horta-Lisboa, com potenciais consequências na dinâmica económica da ilha e na operacionalidade da sua infraestrutura aeroportuária.

Aprovado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 12 de março de 2015.

A Presidente da Assembleia Legislativa
da Região Autónoma dos Açores,



Ana Luísa Pereira Luís